

COMPORTAMENTO POLÍTICO

Coordenador:

Leoncio Camino (UFPb)

Participantes:

Ana Raquel Torres (Univ. Católica Goiás)

Celso Zonta (UNESP)

Cicero Pereira (UFPb)

Joseli B. Costa (PUCSP)

Lídio Souza (UFES)

Louise Lulhier (UFSC)

Marcus Eugênio O. Lima (UFSe)

Maria Inês Assunção Fernandes (USP)

Salvador Sandoval (PUCSP)

A POLÍTICA NA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES INTERGRUPAIS

Ana Raquel Rosas Torres
Universidade Católica de Goiás

Temos como objetivo principal apresentar uma revisão teórica onde ressaltamos a contribuição da Teoria da Identidade Social (Tajfel & Turner, 1986) para a análise das relações intergrupais no âmbito político. Essa contribuição pode ser dividida em dois pontos principais: primeiro, a análise do fenômeno da diferenciação intergrupar e, em segundo lugar, a análise da participação em ações coletivas. Essa teoria desenvolveu-se pretendendo ser uma teoria geral das relações intergrupais, colocando a identificação grupal como a variável chave para a análise das atitudes e comportamentos individuais. Assim, a identificação com grupos e categorias sociais seria a ligação entre o indivíduo e a sociedade e possibilitaria a transformação de atitudes individuais em atitudes coletivas. A hipótese central dessa teoria refere-se a existência de uma correlação forte e positiva entre o nível de identificação com um grupo e a tendência de diferenciá-lo positivamente quando comparando-o com outro grupo (Hinkle & Brown, 1990). Em outras palavras, postulava-se que indivíduos fortemente identificados com um grupo (e, conseqüentemente, cuja auto-estima seria altamente dependente dele) tenderiam a diferenciá-lo positivamente. Isso significa que o mundo estaria claramente dividido entre "nós" e "eles" e que uma percepção mais favorável do grupo de pertença levaria a uma identidade social positiva. A ligação entre identidade e diferenciação tem sido investigada nos mais diversos contextos intergrupais e os resultados têm se mostrado um tanto quanto inconsistentes (Torres, 1996). Contudo, os estudos realizados em contextos políticos têm demonstrado a importância dessa teoria para o entendimento das percepções intergrupais. A segunda contribuição dessa perspectiva teórica relaciona-se com a investigação das respostas à percepção das desigualdades sociais por membros de grupos com *status societal* mais baixo. Esses indivíduos teriam três possibilidades estratégicas para adquirir uma identidade social positiva: a mobilidade individual (física e/ou psicológica), a criatividade social e a mudança social (Tajfel & Turner, 1986). Seria essa última possibilidade que levaria a participação em ações coletivas. De acordo com a Teoria da Identidade Social, o que estaria subjacente a escolha entre uma (ou mais) dessas estratégias seria a percepção de "alternativas cognitivas" para o *status quo*. Assim, se os indivíduos percebem a situação intergrupar como ilegítima e instável, eles tenderiam a se engajar em ações coletivas objetivando mudanças sociais.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE CIDADANIA EM SUJEITOS COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL DIFERENCIADAS

Celso Zonta
Universidade do Estado de São Paulo

Estudos recentes apontam para o fato de que contextos diferentes indicam mudanças na estrutura dos elementos considerados para compor uma representação social. Acreditamos que além do contexto tornar sensível os elementos de uma representação social, a própria experiência de vida dos indivíduos, com seus valores e ideologias sejam elementos possíveis de diferenciação entre representações sociais. Os sujeitos de um bairro de periferia, foram separados entre indivíduos considerados participativos (200) e indivíduos considerados não participativos (200), através da aplicação de um questionário com questões abertas de evocação livre de palavras a partir das palavras temas: Associação de Moradores, Sindicato, Partido Político, Governo, Povo, Justiça, Injustiça, Cidadão e Participação. Foram utilizadas também escalas atitudinais com o objetivo de melhor caracterizar o perfil de atitude para participação de cada agrupamento. A explicitação do cenário em que os indivíduos participantes da amostra viviam, bem como a compreensão da história do bairro e suas mobilizações foram fundamentais para a compreensão das representações sociais. As palavras eliciadas foram submetidas a uma análise de correspondência, para cada agrupamento de sujeitos, onde pôde ser verificado o campo representacional de cada tema gerador, dentro de um espaço semântico. A comparação do campo representacional entre agrupamentos distintos de sujeitos pelo tipo de participação social foi efetuada a partir da junção dos resultados das associações de palavras de cada um de dois grupos distintos de participação. Essa junção possibilitou construir uma matriz bi-dimensional, onde pôde-se verificar os elementos centrais e os elementos periféricos das representações entre ambos os grupos em questão, através de uma análise de correspondência bi-dimensional de dissimilaridades e similaridades do campo representacional. Os resultados demonstraram que há um núcleo comum de palavras entre ambos os grupos (participativos e não participativos), que podemos considerar como constitutivos dos elementos centrais das representações sociais. Os elementos periféricos encontrados diferiram significativamente entre ambos os grupos. Verificou-se que os elementos periféricos eram mais variados e com conteúdo mais crítico entre os indivíduos participativos politicamente do que os indivíduos não participativos. (CNPQ).

**SISTEMAS DE VALORES, ATITUDES E COM-
PORTAMENTO POLÍTICO EM ESTUDANTES
UNIVERSITÁRIOS**

*Cicero R. Pereira
Leoncio Camino
Universidade Federal da Paraíba*

Pode-se considerar, por um lado, que as doutrinas políticas constituem-se muito mais em discursos sobre valores do que em discursos sobre fatos e, por outro lado, que os regimens políticos são constituídos pelo conjunto de instituições que legalizam os meios de obtenção do poder e o seu exercício através da prática dos valores que fundamentam essas instituições (Lima, 1997). Neste sentido os sistemas políticos se desenvolvem a partir da hierarquização dos valores numa sociedade (Easton, 1965). Os valores, por sua vez, são crenças centrais sobre o que é desejável. Crenças que se constituem em padrões ou critérios que orientam as ações, escolhas, atitudes e explicações sociais. Deve-se considerar que os diversos valores organizam-se em sistemas (Perroux, 1987), formando estruturas e subestruturas hierárquicas em função da importância de cada um deles, no sistema geral de crenças de uma pessoa ou de um grupo social (Rokeach, 1973). Nesse sentido, o grau de adesão aos sistemas de valores leva o indivíduo a tomar determinadas posições frente a problemas sociais, inclinándolo a construir um posicionamento em relação às atitudes políticas. Com o objetivo de analisar essa relação entrevistaram-se 350 universitários, os quais indicaram, num questionário, seu grau de adesão a 27 valores sociais em função da importância de cada valor para a construção de uma sociedade ideal, sua inserção em grupos sociais, seu posicionamento em relação as atitudes democráticas e autoritárias e sua participação em movimentos de protesto político. Os resultados demonstram que os valores desses estudantes configuram-se em três sistemas: Econômico, Religioso e Bem-estar Socio-individual. A inserção social dos estudantes organiza-se em três redes: Afetiva, Política e Religiosa. As atitudes autoritárias relacionam-se positivamente com os sistemas Econômico, Religioso e com a participação dos estudantes na rede Religiosa. O posicionamento dos universitários em relação as atitudes democráticas correlaciona-se positivamente com a adesão aos valores do sistema Sócio-individual e com a participação na rede política. A participação em movimentos de protesto é influenciada pela participação nas redes Política e Religiosa e não pelos valores. Assim, os valores não afetam diretamente o comportamento político, mas são fundamentais na definição do posicionamento dos estudantes em relação as atitudes políticas.

**VALORES E ATITUDES POLÍTICAS EM UNI-
VERSITÁRIOS DE S. PAULO**

*Joseli Bastos da Costa
Salvador A. M. Sandoval
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*

Este trabalho apresenta os dados de um estudo sobre a importância dos valores sociopolíticos nas crenças e atitudes políticas e no comportamento político dos indivíduos. Neste estudo a amostra foi composta por 469 estudantes de ambos os gêneros, matriculados e cursando cursos de graduação da área de Ciências Sociais e Humanas da Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo (PUC-SP) e da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) no primeiro semestre de 1997, sendo 181 estudantes da PUC-SP, e 288 estudantes da UNIMEP. Utilizou-se um questionário respondido pelos estudantes nas salas de aula, composto por oito partes distintas, relativas à caracterização sociodemográfica, aos valores, ao autoritarismo, à concepção de Democracia, ao comportamento político, às atitudes políticas, à socialização política e a características político-ideológicas dos sujeitos. Foram apresentados aos sujeitos seis conjuntos de valores que deveriam ser ordenados em função do grau de importância de cada um deles para a construção de uma sociedade ideal ou perfeita. Foram também apresentados aos sujeitos seis valores sociopolíticos (Igualdade, Liberdade, Participação, Co-operação, Fraternidade e Justiça), os quais deveriam ser ordenados pelos sujeitos em função de sua importância quanto ao atendimento pelo governo das necessidades da Sociedade. Os dados encontrados permitem relacionar as estruturas axiológicas com os diversos aspectos relativos às atitudes, crenças e ao comportamento político dos sujeitos, discutindo-se a centralidade dos valores mais especificamente sociopolíticos na estruturação das crenças e atitudes políticas. Permitem também analisar as estruturas axiológicas em função das pertencas sociais dos sujeitos, discutindo-se a relação entre diferentes modos de inserção social e estruturas dos valores, entendidas como diferentes maneiras de organizar e compreender o mundo, assim como entre estes modos de inserção social e prioridades de valores, entendidas como importância relativa atribuída a estes valores.

**PERSPECTIVA PSICOSSOCIOLÓGICA NO ES-
TUDO DO COMPORTAMENTO ELEITORAL.**

*Leoncio Camino
Universidade Federal da Paraíba*

O debate sobre os fatores intervenientes no processo eleitoral tem-se polarizado entre duas perspectivas: a sociológica e a psicológica. Situando a escolha eleitoral

num processo dialético, Camino e colaboradores organizaram os fatores que influenciam o voto utilizando duas dimensões independentes. A primeira, constituída pelas duas vertentes do processo de construção da realidade política: as alternativas políticas concretas e o ato individual de escolha. A segunda constituída por três níveis de análise: o observacional, o mediacional e o metateórico. Esta sistematização guiou um conjunto de pesquisas eleitorais tanto com estudantes universitários como com os eleitores de João Pessoa, realizadas por Camino e colaboradores entre 1988 e 1994. O conjunto de resultados permitiu elaborar um Modelo Psicossociológico no qual pressupõe-se que a escolha eleitoral é um processo que se estabelece desde a inserção do indivíduo nas organizações da sociedade civil até o momento de depositar seu voto na urna. O modelo localiza etapas do processo e as relaciona com a escolha eleitoral. O modelo pressupõe que o eleitor é afetado pelas suas características sócio-demográficas na medida em que se sinta membro e participe de grupos ou setores sociais constituídos por essas características. Neste sentido, a participação numa organização que representa os interesses de um setor social é um indicador claro (evidentemente não o único) dos sentimentos de pertença e de engajamento do indivíduo num setor social. Este trabalho apresenta três pesquisas cujos resultados confirmam as principais relações propostas no "Modelo Psicossociológico". Numa direção da análise, observa-se, que os eleitores com maior grau de participação em organizações sociais são os que mais acreditam na eficácia das atividades eleitorais. A crença na eficácia eleitoral se relaciona com a procura de informação política e com a participação na campanha eleitoral. Numa outra direção de análise, constata-se que as diversas formas de participação social modelam visões próprias no que concerne a estrutura social. A visão da estrutura social, enquanto matriz ideológica, relaciona-se com a escolha eleitoral. Os dados mostraram ainda que existe uma relação estreita entre a ideologia do partido de simpatia e o tipo de representação da estrutura social. Finalmente, discute-se a natureza do modelo e as perspectivas que ele abre no estudo do comportamento eleitoral. (CNPq)

DA ILUSÃO À CRENÇA: FORMAÇÃO NA ÁREA DE SAÚDE MENTAL E IMPASSES PARA A UNIVERSIDADE

*Maria Inês Assumpção Fernandes
Universidade de São Paulo*

A análise das contradições, inerentes ao processo formador, que dizem respeito a uma ação visando uma adaptação ao real e a um questionamento do saber obtido (aprendizagem da dúvida), é conduzida através da investigação sobre uma modalidade de estratégia de cursos

voltados para trabalhadores em saúde mental, da área pública. "Se o saber exige renúncia à certeza do sabido" (Aulagnier, P., Topique, 13, 1974), trabalhamos com a hipótese de que cursos de formação nessa área, só alcançam efetividade quando há um abandono do "discurso competente" (no sentido ideológico), pela criação de um espaço de "jogo" onde se possa pensar de forma diferente a respeito de questões novas. Em realidade, a questão da formação em Recursos Humanos na Área de Saúde Mental, tem colocado para a Universidade novos impasses. Se, de um lado "são-lhe feitas exigências cada vez maiores por parte da sociedade, ao mesmo tempo tornam-se cada vez mais restritas as políticas de financiamento das suas atividades por parte do Estado. Duplamente desafiada ela se defronta com a urgência de transformações estruturais. Assim, o processo de formação é também atravessado por contradições como a que se estabelece entre "a hierarquização dos saberes especializados através das restrições do acesso e da credencialização das competências e as exigências sócio-políticas da democratização e da igualdade de oportunidades" (Santos, B. Pela mão de Alice, p. 197). A crítica ao isolacionismo da Universidade e a invocação de sua responsabilidade social é uma vertente não somente economicista e produtivista mas antes social e política. Se a demanda social, revestida das exigências tecnológicas, vem sempre adornada de um caráter profissional (especialização), verificamos que esse a "mais" buscado nunca é atingido, pois num projeto racional ocidental, produto da razão instrumental (custo x benefício) o alcance é sempre seguido pela violência das transformações, pela obsolescência do projeto. A saída, para os que buscam formação, tem sido uma exigência de fidelidade ao conhecimento: estabelece-se como crença, suprime-se a crítica, fixa-se em ideologia.

COMPORTAMENTO POLÍTICO REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE JUSTIÇA E AÇÕES COLETIVAS

*Lídio de Souza
Universidade Federal do Espírito Santo*

Como vários estudiosos já apontaram em diferentes ocasiões, as ações coletivas têm sido relativamente pouco estudadas em psicologia social, vítimas de preconceitos relacionados à sua importância política, herança da tradicional abordagem da psicologia das massas. Procurando dar continuidade às investigações que venho desenvolvendo em relação aos linchamentos e tomando como referência os estudos disponíveis sobre ações coletivas, o presente trabalho objetiva identificar as possíveis contribuições das representações sociais de justiça dos participantes, para a compreensão destas ocorrências. Dada a complexidade de tais fenômenos, que não podem ser

reduzidos a representações, procurar-se-á avaliar sua articulação com outros conceitos, como por exemplo o de identidade social na perspectiva de relações intergrupais. O trabalho objetiva também desenvolver reflexões provocadas por uma crítica que tem sido frequentemente veiculada na área, em relação aos objetos que podem ou não ser adequadamente apreendidos pelo conceito, ou seja, que podem em última instância ser representados. O principal argumento é que em função de as representações terem se tornado um modismo, ou do conceito estar passando por um processo de vulgarização - de modo semelhante a outros conceitos em psicologia social-, tudo se transformou em representação, produzindo em consequência um enfraquecimento do conceito. Uma evidência deste processo é o recente *boom* de pesquisas em que é utilizado. A restrição arbitrária de sua aplicação a algumas categorias de fenômenos que podem ser representados, estabelece sérias controvérsias em relação ao trabalho inicial que inaugurou esta área de investigação, quando se considera o nível de abstração do objeto tomado para a análise por Moscovici: a vulgarização das noções de psiquismo contidas na psicanálise. No caso das ações coletivas, podemos nos perguntar primeiro se é possível a Justiça, um objeto aparentemente tão abstrato, ser objeto de representação e, segundo, se é possível apreendê-la e através de que métodos ou técnicas. Coloca-se como premente uma análise dos possíveis reflexos das tentativas de restrição, traduzidas por um enquadramento limitado de fenômenos e métodos, para o desenvolvimento desta área de conhecimento. É curioso que, paralelamente às tentativas de restrição, a produção na área tem trazido à luz uma multiplicidade não só de objetos de representação (maternidade/paternidade, matemática, conhecimento científico, profissões, etc.), como também de técnicas (check list, entrevistas, escalas e inventários, entre outros). Diante de tais evidências as restrições parecem representar, à primeira vista, um empobrecimento relacionado à extensão em que o conceito pode ser utilizado e um cerceamento à capacidade criativa dos pesquisadores.

VALORES E ATITUDES POLÍTICAS: UM ESTUDO ENTRE UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS

L. Lhullier,
Universidade Federal de Santa Catarina
L. Camino
Universidade Federal da Paraíba
S. Sandoval
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
M.E. Lima
Universidade Federal de Sergipe
(UFSE)

A pesquisa foi realizada com o objetivo de estudar possíveis relações entre valores e atitudes políticas. A população investigada foi constituída de estudantes de cursos de graduação de diversas áreas do conhecimento. Tomaram-

se amostras de quatro universidades brasileiras, nas regiões Sul e Nordeste do Brasil. Tanto no Sul quanto no Nordeste trabalhou-se com uma amostra de universidade pública e uma de universidade privada. A preferência por valores foi avaliada através de uma escala composta por 28 valores, desenvolvida por Lima (1997) e Pereira, Lima e Camino (1997), em que os estudantes atribuíram uma nota entre 1 e 10, de acordo com a importância de cada um deles para a construção de uma sociedade que julgassem ideal para viver. Para medir a aceitação ou rejeição de atitudes autoritárias foi utilizada a Escala de Autoritarismo desenvolvida por Lhullier (1992; 1994). Essa escala contém 11 itens no formato Likert, variando entre 1 e 7, correspondendo um extremo a "concordo totalmente" e o outro a "discordo totalmente". As atitudes democráticas foram mensuradas através de dois indicadores: uma escala tipo Likert contendo 5 itens e pela disposição a votar medida pela pergunta "Você votaria caso o voto não fosse obrigatório?", com três opções de resposta (sim, não, talvez). A configuração da estrutura do sistema de valores dos estudantes das duas universidades foi obtida através de duas técnicas estatísticas: a *Hierarchical Cluster Analysis* e a *Multidimensional Scaling*. Embora, de uma maneira geral, a correlação entre sistemas de valores e índices de atitudes políticas tenha se apresentado menor do que se esperava encontrar, obtiveram-se resultados interessantes quanto às diferenças entre universidades, a relações positivas entre o sistema de valores econômicos (*status*, lucro, riqueza, autoridade, hierarquia, tradição) e atitudes autoritárias, assim como relações negativas entre esse mesmo sistema e atitudes democráticas. (CNPq)

ESTUDOS EMPÍRICOS DO ESPAÇO POLÍTICO.

Lima, M. E. O
Universidade Federal de Sergipe
Camino, L
Carvalho, J. C
Universidade Federal da Paraíba

O Grupo de Pesquisa em Comportamento Político do Mestrado em Psicologia da Paraíba, vem realizando desde 1990, sob a coordenação do Professor Dr. Leoncio Camino, uma série de pesquisas sobre o Espaço Político dos eleitores em geral e dos estudantes universitários em particular. Nestes estudos fica patente que, para a maioria da população, mesmo dentre os universitários, as ideologias políticas permanecem uma abstração quase inabarcável. Pois, mesmo em uma simples e linear dimensão como a Direita-Esquerda, 29% dos universitários e 45% da população geral de João Pessoa não conseguem se posicionar. Estes fatos levaram-nos a questionar se são as pessoas que não possuem um espaço político ou se

eram, ao contrário, as técnicas que utilizávamos que eram insuficientes para avaliarem as especificidades que constituem o espaço político sobre o qual os cidadãos constroem a sua representação da política; uma vez que pelo fato de os cidadãos continuarem, de um modo ou de outro, se posicionando quanto à política, torna-se óbvio que alguma representação desta eles possuem. Os estudos realizados baseiam-se neste último pressuposto, e ao considerarem que o espaço político é multidimensional: cognitivo, emocional e disposicional, não priorizam nenhum destes componentes, procurando abordá-los como componentes indissociáveis da visão política do cidadão. De outra maneira, aborda aspectos de um espaço de definição política nas esferas da vida pública e privada do eleitor, considerando na encruzilhada destas esferas as dimensões coletiva e individual de avaliação do fenômeno político, como indica Sandoval (1997). Nesta perspectiva, em um dos estudos realizados com estudantes universitários em 1995, observa-se que certas dimensões argumentativas ou ideológicas bi-polares se associam entre si para compor um *locus* de inteligibilidade política. De maneira que, as pessoas que se colocaram à esquerda no espectro clássico também são as que se posicionaram como coletivistas, inovadores - em oposição à tradição, e progressistas - em oposição ao conservadorismo.

MODELO CONCEITUAL PARA A ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES COLETIVAS: UMA ABORDAGEM PSICO-SOCIAL DA CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA

Salvador A. M. Sandoval
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Nos últimos anos as análises psico-sociológicas dos movimentos sociais tem dominado os debates teóricos sobre o fenômeno tanto no campo da psicologia social como também na área da sociologia política. A importância deste debate hoje demonstra que novamente estudiosos dos movimentos sociais procuram subsídios psicológicos para compreender o comportamento político relacionado à participação dos indivíduos nos movimentos sociais. Encontra-se várias abordagens teóricas no cenário desses debates. Uma primeira abordagem é uma adaptação do esquema analítico de Ervin Goffman de 'frame analysis' melhor representado pelo psicólogo social holandês Burt Klandermans no seu uso do conceito de 'participation frames' a refere-se ao aspecto subjetivo da participação. Um segundo enfoque vem do psicólogo social norte americano William Gamson quando usa o conceito de 'sentimento de solidariedade' em seus estudos do engajamento em ações coletivas. Uma terceira abordagem vem da sociologia de Alain Touraine e seu uso da noção da 'consciência política' como categoria analítica da

subjetividade. Uma quarta vertente é representado pelo trabalho do sociólogo italiano Alberto Melucci que introduziu o conceito de 'identidade coletiva' ao refere-se aos processos psico-sociais que conduzem à participação em ações coletivas. Dentro da atual literatura atual sobre a psicologia dos movimentos sociais encontramos uma falta marcante de sistematização conceitual resultando numa frequente ambigüidade nas definições dos elementos constitutivos desses conceitos e pouca diferenciação conceitual entre essas categorias analíticas. Em vista desse estado atual de teorização sobre a dimensão psicológica dos movimentos sociais, realizamos uma extensiva revisão da literatura com a finalidade de sistematizar os enfoques conceituais. Ao mesmo tempo vimos estudando empiricamente uma alternativa formar de conceitualizar a problemática incorporando os diferentes contribuições dessas outras abordagens. O presente trabalho tem como objetivo apresentar nosso modelo analítico psico-social que integra os conceitos das outras abordagens ao mesmo tempo que as redefine. Em visualizando deste novo modelo, foi necessário redimensionar muitos conceitos anteriores e introduzir outros processos psico-sociais como os de atribuição, de cognição social, e de identificação grupal. Neste sentido, a nossa proposta traz um avanço na teorização uma vez que reúne outros elementos psicológicos necessários para construir um modelo teoricamente mais firme e abrangente dos que aqueles que são atualmente utilizados.